

A RELAÇÃO ENTRE EDUCAÇÃO E TRABALHO NA FRONTEIRA BRASIL-BOLÍVIA, REGIÃO DE CORUMBÁ

Beatriz Rosália Gomes Xavier Flandoli /UFMS/beatrizxavier@terra.com.br
Inara Barbosa Leão/UFMS/inarableao@hotmail.com

A pesquisa em andamento que aqui se relata está inserida no Grupo de Estudos e Pesquisa ‘Aspectos Psicossociais da Educação e do Trabalho’, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação, na Linha de Pesquisa Educação e Trabalho - Curso de Doutorado do Centro de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

O projeto busca examinar as implicações psicossociais do desemprego para a consciência individual e suas manifestações na consciência e na emoção e também verificar como se dá o projeto de subjetivação dos indivíduos desempregados, focalizando os aspectos psicossociais do trabalho. Busca, além disso, analisar os processos socioeducacionais dos dois países considerando duas dimensões — demandas do mercado de trabalho e formação profissional — e suas possibilidades e conseqüências, junto à população desempregada da região, na preparação para o trabalho.

Para alcançar tal fim, está sendo empreendido um estudo comparativo sobre a história da educação para o trabalho até o presente momento, nos dois países. No Brasil, que dispõe de considerável volume de estudos e políticas educacionais voltados à educação para o trabalho, pretende-se utilizar dados da base legal, de pesquisas e de publicações relacionadas às políticas públicas de educação profissional. Na Bolívia, esse levantamento será realizado junto a órgãos governamentais, em universidades e em documentos da base legal.

Também se procederá à construção do perfil social dos trabalhadores desempregados na região pesquisada, focalizando as manifestações no que diz respeito à escolaridade e à educação para o trabalho, de modo a propiciar maior conhecimento sobre a situação desses dois aspectos. A decisão de tratar Corumbá como região, denominando-a “região de Corumbá”, é creditada à leitura dos estudos e pesquisas de Oliveira (1998). Esse pesquisador postula que a condição regional adveio da articulação da cidade como entreposto de entrada de mercadorias para o país e que hoje esse movimento comercial se dá em direção oposta:

Hoje a condição regional de cidade dá-se em outra perspectiva. A sua articulação não vislumbra mais um abastecimento regional *para dentro*; senão o contrário, uma composição regional *para fora*. Provavelmente nenhuma cidade de Mato Grosso do Sul — com exceção daquelas conurbadas — possui maior articulação econômica do que a de Corumbá com as cidades bolivianas, configurando-se como uma cidade regional com animação que transcende os limites administrativos legais. A subversão, a força da ilegalidade política conduzida pelo velho paradigma da concorrência mercadológica é o axial desse novo papel *regional* desempenhado pela Cidade Branca. (OLIVEIRA, 1988, p. 88)

Os estudos do autor que serviram de base para a delimitação geográfica da pesquisa — qual seja, Corumbá compreendida como região que abrange a população fronteiriça e a cidade de Ladário — também oferecem outros indicadores que nos são proveitosos.

Para Oliveira (2005, p. 351), “Corumbá foi palco das transformações promovidas pela industrialização e algumas empresas que se estabeleceram modificaram a configuração da cidade e de sua população ao entrarem em funcionamento” O autor cita uma usina de ferro-gusa que agenciava trabalhadores na Região Nordeste do país e relata que, ao se encerrarem as atividades da empresa nos anos 1970, essa população nordestina já estava instalada e enraizada na cidade.

O fechamento de indústrias na cidade ocorreu paralelamente a outro movimento, estudado por Leite (2003), no espaço rural da região do Pantanal sul-mato-grossense e que deslocou para as cidades grande parte da população que vivia em fazendas.

Ao denunciar que “as transformações do último século parecem corroer a trajetória rural — agrícola e pecuária — do país”, Leite (2003, p. 28) reitera estudiosos como Braverman (1987), Arendt (1996), Antunes (1995) e Codo *et al.* (2004), que analisaram a degradação do trabalho no século XX, reconhecendo a centralidade do trabalho na vida do homem e considerando o mundo do trabalho como luta incessante pela transformação da natureza, luta essa gerada pelas condições que o trabalho assume no modelo de produção capitalista.

Tais transformações, porém, segundo Borges e Yamamoto (2004, p. 59), “não devem obscurecer o essencial: a apropriação individual do trabalho social como a marca distintiva da ordem do capital”. Para esses autores, “a história do trabalho é a história da resistência dos homens diante destas condições impostas para a sua reprodução social. A consciência não é individual, mas de classe”.

Para Oliveira,

Corumbá se notabiliza por ser uma localidade acostumada a viver diversas crises. Desde os meados do século XX, foram tantos os impasses econômicos, sociais e políticos, que terminaram por gerar uma espécie de comodismo perante todas as adversidades. [...] Assim, por volta do início dos anos 1980, Corumbá esteve envolta em um tipo de torpor [...], porém naquela mesma época duas novidades se impunham perante o seu *status* de vítima: o aumento populacional do lado boliviano da fronteira e o fortalecimento econômico dos comerciantes imigrantes palestinos. (OLIVEIRA, 2005, p. 349)

Das crises a que o historiador se refere, destacamos duas. A primeira é o declínio da navegação fluvial após um período de grande efervescência mercantil, como havia sido o início do século XX em torno do porto que movimentava a cidade com a vinda de mercadorias da Europa. Corumbá perde seu *status* com a chegada da ferrovia, que transfere para Campo Grande, mais próxima dos grandes centros nacionais, o papel de entreposto comercial da região. A história dessa crise está marcada na fala dos corumbaenses e inscrita na arquitetura da cidade, que reflete a sensação de “perda”. A segunda crise que queremos evidenciar ocorre no início dos anos 1970 com o encerramento das atividades de indústrias locais que, ao cerrarem suas portas, deixaram de garantir postos de emprego e levaram seus ex-trabalhadores à esfera da informalidade.

Flandoli (2007) observa que a partir da década de 1970 as mutações do trabalho na cidade se evidenciam na configuração de novos espaços, na comercialização de produtos e também na desvinculação entre trabalho e emprego, com a escalada do trabalho informal observada no espaço fronteiriço.

A esse respeito, Felix *et al.* (2005, p. 253) postulam que a formação de blocos regionais vem provocando uma valorização crescente da cooperação transfronteiriça e que a intensidade das interações entre países vizinhos reforça a concepção de fronteira como zona de interação e troca. Esses autores dedicam-se ao aspecto jurídico-trabalhista das relações de trabalho que se desenvolvem nas regiões de fronteira de Mato Grosso do Sul, dentro do projeto *Espaço de Fronteira*, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, e afirmam que em tais regiões desenvolvem-se relações de trabalho em que o trabalhador de um país presta serviço em outro, movimentando-se quase que diariamente entre os dois no desempenho de suas atividades laborais.

Fronteira e fronteiriços se adaptam a novos tempos: enquanto lojas cerram suas portas do lado brasileiro, o lado boliviano passa por esfuziantes transformações de um mercado que vai se modificando. Alguns desses investimentos não resistem às variações cambiais, e barracas que vendiam produtos importados passam a comercializar artesanato andino ou roupas trazidas de São Paulo. A fronteira fluidifica-se no mundo do trabalho: questionada sobre o valor do salário pago, a vendedora de uma loja no *shopping* de Puerto Aguirre responde em “portunhol”: “Não sei. Sempre trabalhei no Brasil”.

As chamadas “feirinhas bolivianas” se estabelecem dos dois lados: no lado brasileiro, nas feiras-livres de alimentos e na BRASBOL, feira organizada por brasileiros e bolivianos na cidade de Corumbá; no lado boliviano, embora ainda precária, a feirinha já conta com instalações permanentes, de alvenaria. Os pequenos comerciantes parecem evoluir da condição de camelôs e, embora continuem oferecendo produtos de baixo preço e procedência quase nunca comprovada, organizam-se nessa estrutura coletiva bastante simplificada, adaptando-se às condições de mercado: alguns desses estabelecimentos aceitam cartões de crédito internacionais.

A grande parcela da população que ali aporta de diversas regiões da Bolívia em busca de emprego que não se concretiza passa a praticar novo comércio, organizando-se caoticamente em torno da gasolina. Esse produto, mais barato naquele país, é oferecido aos brasileiros por famílias inteiras enfileiradas à beira da rodovia Ramon Gomes: homens, mulheres e crianças correm para atender os interessados em adquirir combustível barato, com riscos evidentes para a saúde dos que assim manejam um produto inflamável, sob o sol tropical inclemente e inalando-o sem nenhuma proteção.

Por ser uma fronteira seca entre duas nações, e contando ambos os lados com cidades próximas à linha divisória, a região de fronteira se caracteriza por um considerável movimento de pessoas na trama cotidiana entre os dois países. É grande e desconhecido o número de crianças bolivianas estudando nas escolas brasileiras; é grande e desconhecido o número de bolivianos trabalhando no Brasil.

Também permanece incógnito o número de brasileiros que trabalham na Bolívia, assim como o de brasileiros que lá estudam. Crianças bolivianas estudam em escolas do Brasil, enquanto, ironicamente, instala-se no lado boliviano da fronteira uma universidade para atender estudantes brasileiros.

Brasileiros e bolivianos atravessam a fronteira para comprar, para estudar, para trabalhar e para viver. São poucas as informações sobre brasileiros que vivem do outro lado da fronteira, e os resultados preliminares de todas as pesquisas em andamento vinculadas ao grupo de estudos fronteiriços indicam que os bolivianos que vivem no Brasil não fazem parte dos números oficiais. Na grande maioria, atuam na informalidade e se declaram brasileiros. As unidades públicas de ensino, saúde e assistência em Corumbá que servem a usuários bolivianos vêm-se às voltas com números de atendimento que não conseguem comprovar oficialmente para fins de obtenção de maior aporte de recursos.

Até aqui justificamos a delimitação geográfica do estudo, oferecendo dados históricos e econômicos de pesquisadores que se dedicam à região.

Para sustentação do trabalho, serão utilizados alguns indicadores e conceitos oficiais de desemprego, incluindo aqueles selecionados por Leão (2008) na pesquisa *As implicações psicossociais do desemprego para a consciência individual: manifestações no pensamento e na emoção* e os da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que define desempregados como pessoas acima de determinada idade — que no Brasil é de 18 anos — que estão sem trabalho e disponíveis para trabalhar em determinado período de tempo.

É preciso atentar para a articulação entre desemprego e escolaridade apontada em pesquisas realizadas. Segundo Silva (1999, p. 13), a crise do desemprego é uma transformação social de vastíssimo alcance e, para compreendê-la em sua magnitude, é

necessário considerar a formação do trabalhador: “Pesquisas divulgadas em 1998 mostraram que o trabalhador brasileiro tem, em média, três anos de escolas fracas, enquanto a escolaridade média do coreano é de 10 anos e o trabalhador japonês tem 11 anos de boas escolas. No geral, a qualificação do trabalhador brasileiro é baixa e mesmo insuficiente.”

Para Silva, a crise do trabalho deve ser enfrentada com situações voltadas às características regionais e setoriais, tendo em vista a diversidade da economia nacional e do hibridismo do desemprego no Brasil:

O mercado de trabalho no Brasil apresenta certas estranhezas, peculiaridades próprias do gigantismo e do grau de desigualdade social existente. Um traço relevante do mercado de trabalho no país é a sua capacidade de absorção de mão-de-obra através de formas precárias de ocupação. Muitas vezes, trabalhadores excluídos do mercado formal de trabalho (com carteira assinada, por exemplo) passam a engrossar as fileiras da informalidade. (SILVA, 1999, p. 26)

Para o autor, um dado preocupante é o de que no início da década de 1990 cerca de 20% da população ocupada auferia menos de um salário mínimo, em contradição com a lei.

Delimitada a região de Corumbá e o público-alvo da pesquisa, que são os trabalhadores desempregados, define-se a base teórica do presente trabalho: a teoria psicológica sócio-histórica que oferece compreensão da dialeticidade da realidade. Leão *et al.* expõem que:

A Teoria Psicológica Sócio-Histórica é uma das abordagens psicológicas que se baseiam nos pressupostos do materialismo histórico e dialético. E tem como elemento principal o conceito de consciência. Esta é entendida como um conjunto de conteúdos e processos subjetivos, tais como imagens sensoriais, percepções, representações da realidade e os significados sociais e sentidos pessoais interiorizados a partir da atividade individual. Este conjunto é elaborado pelas Funções Psicológicas Superiores, através das quais o homem organiza as suas relações com o ambiente material e social e pode também construir a cultura e a sociedade. (LEÃO, 2008, p. 10)

Diferentemente da compreensão da realidade proporcionada sob o ponto de vista da lógica econômica, essa abordagem possibilita a compreensão das conseqüências do processo de trabalho nas formas como está organizado nas sociedades ocidentais atuais. Possibilita o entendimento das funções psicológicas complexas de um indivíduo contextualizado e a percepção deste como um sujeito histórico.

A teoria eleita entende o trabalho como a atividade do homem por excelência, por ser através dela que podemos modificar a natureza e, além de transformarmos nosso corpo, promovermos nossa subjetividade. É através do trabalho que satisfazemos não só nossas necessidades básicas de sobrevivência, mas também nos estruturamos psiquicamente e nos realizamos pessoalmente. Codo *et al.* (2004, p. 277) postulam que “o trabalho é um objeto de estudo necessário para se compreender o fenômeno psicológico”.

Além disso, a linguagem do trabalhador “sofre interferência direta do trabalho que ocupa. O trabalhador utiliza termos que, para os outros mortais (não integrados nesse trabalho), são desconhecidos ou inusitados” (CODO, 1984, p. 139). Dessa forma, as relações de trabalho determinam não só o comportamento, mas as expectativas desses trabalhadores, seus projetos para o futuro, sua linguagem e seu afeto.

Os estudos de Leão corroboram os de Codo. Para Leão (2008, p. 11), “é com a atividade que o homem se insere no mundo e por meio dela ele se constitui; o que nos leva a

concluir que a elaboração, desenvolvimento e caracterização são processos que compõem e promovem o funcionamento psicológico do homem”.

O sistema de produção modifica o próprio trabalho e insere o homem numa relação social distinta, e qualquer ato humano, qualquer comportamento que sirva como objeto de estudo, é permeado pelas relações de produção.

Se as relações de produção determinam qualquer ato e qualquer comportamento humano, não é difícil compreender que o indivíduo só obtenha reconhecimento de sua existência se é produtivo, se desempenha funções necessárias ao fluxo do capitalismo. Por essa razão, a falta de trabalho, especialmente a do trabalho relacionado a emprego, ocasiona transtornos ao indivíduo que afetam sua noção de identidade, suas relações sociais, seu modo de organização e expressão de emoções e seu processo de formação de consciência.

Segundo Leão (2006), essa trama sociopsíquica apenas reinterpreta os ideais liberais de individualidade, permeados pela ideologia de que o trabalho na forma de emprego é o correto ou essencial.

O atual problema do desemprego advém da política adotada pelo sistema neoliberal, que através da reestruturação produtiva promove a redução de postos de trabalho, a diminuição dos ciclos de produção, o incremento da jornada de trabalho e a consolidação da tecnologia, favorecendo o crescimento do trabalho precário e a ampliação das desigualdades sociais, da pobreza, da exclusão e da economia informal.

O desencadeamento do desemprego está associado à forma de ordenamento da produção, sendo fenômeno historicamente recorrente, que emerge sempre que o desenvolvimento tecnológico e científico permite o aumento da produção dispensando mão-de-obra.

O desemprego, tratado como consequência lógica da forma de produção, restringe o trabalho, concebido como produto, à lei da oferta e procura, lei essa regida pela classe detentora dos processos de produção, interessada em manter sua posição de dominação. O desemprego permanece, desse modo, em níveis altos e os desempregados passam a integrar o chamado exército de reserva. É o grande contingente dos trabalhadores dessa reserva que garante que a mão-de-obra permaneça barata. Segundo Leão (2008, p. 20), “trabalhador nenhum vai lutar por melhores condições de trabalho e renda com o desemprego tão próximo e com tantos desempregados precisando ocupar seus postos de trabalho”.

Na região focalizada, o fenômeno do desemprego e da oferta de mão-de-obra com pouca qualificação é agravado na população de baixa renda e de pouca escolaridade. Os trabalhadores fronteiriços sofrem o agravante da falta de acesso ao conhecimento sobre seus direitos de cidadãos e de trabalhadores. E é nessa região delimitada que a presente pesquisa se dedica a examinar as implicações psicossociais do desemprego, buscando também analisar os processos socioeducacionais dos dois países considerando a dimensão do mercado de trabalho e formação para o trabalho.

5. REFERÊNCIAS

- ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 1995.
- ARENDDT, H. **La condición humana.** Barcelona: Paidós Ibérica, 1996.
- BRAVERMAN, H. **Trabalho e capital monopolista:** a degradação do trabalho no século XX. Rio de Janeiro: LTC, 1987.
- BORGES, L.O.; YAMAMOTO, O.H. O mundo do trabalho. In: ZANELLI, J.C.; BORGES-ANDRADE, J.E.; BASTOS, A.V.B. (Orgs.). **Psicologia, organizações e trabalho no Brasil.** Porto Alegre: Artmed, 2004.
- CODO, W. Relações de trabalho e transformação social. In: LANE, S.T.M.; CODO, W. **Psicologia social:** o homem em movimento. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- CODO, W.; SORATTO, L.; VASQUES-MENEZES, I. Saúde mental e trabalho. In: ZANELLI, J.C.; BORGES-ANDRADE, J.E.; BASTOS, A.V. **Psicologia, organizações e trabalho no Brasil.** Porto Alegre: Artmed, 2004.
- FELIX, Y.S.; GATTAS E SILVA, L.; MARANHÃO, J.G.F. Direitos trabalhistas aplicáveis ao trabalhador da fronteira. In: OLIVEIRA, T.C.M. (Org.). **Território sem limites:** estudos sobre fronteiras. Campo Grande: UFMS, 2005.
- FLANDOLI, B.R.G.X. As transformações no mundo do trabalho em Corumbá, no pantanal da Nhecolândia e na fronteira Brasil-Bolívia: considerações teóricas em psicologia sócio-histórica. In: NAVARRO, E.M.M.; KASSAR, M.C.M.; DIAS, R.T.R.; FONSECA, R.B. (Orgs.). **40 anos do campus do Pantanal – UFMS:** contribuições para o desenvolvimento regional. Campo Grande: UFMS, 2007.
- LEÃO, I.B. **Os professores universitários:** a emoção e o pensamento em um trabalho intelectual institucionalizado. Tese (Doutorado em Psicologia Social) - PUC-SP, São Paulo, 1999.
- LEÃO, I.B. (Coord.). **As implicações psicossociais do desemprego para a consciência individual:** manifestações no pensamento e na emoção. Relatório de pesquisa. Campo Grande, 2008.
- LEÃO, I.B. As implicações psicossociais do desemprego para a consciência individual: manifestações no pensamento e na emoção. **Anais de Congresso, Pesquisas e Práticas Psicossociais.** São João del-Rey, 2006. Disponível em: <<http://www.ufsj.edu.br>>.
- LEITE, E.F. **Marchas na história:** comitivas e peões-boiadeiros no Pantanal. Brasília: Ministério de Integração Nacional / Campo Grande: UFMS, 2003.
- OLIVEIRA, T.C.M. **Uma fronteira para o pôr-do-sol.** Campo Grande: UFMS, 1998.
- OLIVEIRA, T.C.M. (Org.) **Território sem limites:** estudos sobre fronteiras. Campo Grande: UFMS, 2005.
- SILVA, F.C.T.S. **Mutações do trabalho.** Rio de Janeiro: SENAC, 1999.